

# O REGIONAL E O NACIONAL E A PRODUÇÃO DIDÁTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Cristiani Bereta da **Silva** – UDESC

## Apresentação

A escrita da história é uma operação marcada primeiramente pela particularidade do lugar de quem escreve. Entre outras marcações, sejam elas simbólicas ou não, essa é capital. Existe uma historicidade da história, atenta Michel de Certeau (1982, p. 32-33), que implica um movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social. A leitura que fiz da *História do Brasil*<sup>1</sup> de João Ribeiro e da *Pequena História Catarinense* de Lucas Alexandre Boiteaux<sup>2</sup> envolve um duplo movimento: compreender a produção de um discurso sobre a história do Brasil e de Santa Catarina num determinado tempo e o meu lugar como leitora dessas histórias e também produtora de um discurso, no presente.

É desse lugar, portanto, de leitora enredada nesse círculo interpretativo, que pretendo discutir a construção de uma história de Santa Catarina a ser ensinada nas escolas catarinenses. Considero esse exercício importante para dotar de inteligibilidade aspectos simbólicos envolvidos na configuração da ideia de região e de nação que passaram a circular em livros destinados ao ensino, nas primeiras décadas do século XX. Que sentidos de região e de nação forjados no passado ainda estão disponíveis no presente constituindo ou reiterando identidades sociais? Como produzem ideias, fixam memórias sobre processos e sujeitos históricos? Estas questões são atuais e embora a pesquisa histórica regional tenha crescido exponencialmente desde a década de 1970, com a criação de diferentes programas de pós-graduação no país, a circulação de histórias regional e nacional em livros didáticos ainda carecem de estudos a fim de ampliar o debate e as reflexões sobre o tema. No presente assiste-se ampliação da

---

<sup>1</sup> Neste artigo foram utilizadas duas edições: uma segunda edição publicada pela Livraria Cruz Coutinho em 1901 e uma décima nona, revista e completada por Joaquim Ribeiro, publicada pela Livraria Francisco Alves e Companhia, em 1966. Ambas as edições eram destinadas ao “Curso Superior”, ou seja, à época, destinavam-se aos alunos dos últimos anos do secundário que pretendiam prestar exames de acesso às faculdades do país (Cf. MELO, 2008, p. 24).

<sup>2</sup> Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966) foi almirante da Marinha e pertencente a uma família de intelectuais e políticos bastante proeminentes em Santa Catarina; seu irmão, José Arthur Boiteux, foi o fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e ocupou uma série de cargos públicos importantes à época.

demanda por histórias regionais na Educação Básica, sobretudo com a avaliação, compra e distribuição de obras didáticas regionais pelo Programa Nacional do Livro Didático para o 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental. Nas obras didáticas a história local e/ou regional é a história dos estados brasileiros e de como estes estados, em sua singularidade, estão integrados a nação. Nestas obras, as identidades sociais, auto-evidentes, primeiramente conectam-se aos estados para, a partir daí, compor a própria identidade nacional.

Busco pensar estas questões nas tramas que ligam o presente ao passado, assim, a proposta é partir do entendimento de como a história local foi incorporada ao todo nacional, a fim de resolver a questão de “quem somos?” na transição entre dois regimes políticos. Para esse exercício escolhi o manual de *História do Brasil* de João Ribeiro, publicado em 1900. Num outro movimento de análise também selecionei um dos livros de Lucas Alexandre Boiteaux, organizado para fins didáticos, publicado em 1921.

A escolha desses livros destinados ao público escolar deu-se menos pelas questões que os afastam ou os aproximam em termos de métodos, estilos e conteúdos relacionados à escrita da História e mais pelo contexto político de instalação do regime federativo com o advento da República, que colocou em pauta a escrita das histórias regionais e seu ensino. A História, assim como a Geografia, serviu ao propósito de legitimação das fronteiras estabelecidas entre os Estados, bem como da construção de um passado e tradição comuns que destacasse as especificidades de cada região e respectiva contribuição para a grandeza da nação.

Lucas Boiteaux foi quem primeiro apresentou esforço de síntese da história catarinense. Síntese esta escrita num momento em que o problema da unidade frente às histórias regionais ainda circulava no país, atualizado principalmente pelas oligarquias regionais nas primeiras décadas do regime republicano (DINIZ FILHO; BESSA, 1995). A proposta é arriscada, mas não pretendo esgotar a tarefa neste artigo. Aqui, proponho-me a colocar alguns pontos em pauta para reflexão e contribuição ao debate sobre os sentidos de região e nação disponibilizados a partir do início do século XX, em obras didáticas.

### **A escrita da história do Brasil e João Ribeiro**

Os discursos sobre a escrita da história do Brasil, produzidos principalmente pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em contextos e razões

diferentes, colocaram o problema da unidade nacional em relação às histórias regionais construindo narrativas no interior de um paradigma eurocêntrico de nacionalidade. Nascido em 1860, João Ribeiro era produto do período de ambiguidades e complexidades que marcaram a transição do século XIX para o século XX. Como professor e intelectual colocou no cerne de seu trabalho o problema de “quem somos”. Ao formular a resposta dessa simbólica questão João Ribeiro legou à história do Brasil, e ao seu ensino, marcos referenciais de longa duração sobre a identidade nacional, “o povo brasileiro”, e apontou o lugar que as histórias regionais ocupariam na escrita da história nacional.

No século XIX e princípio do século XX, a busca da unidade nacional ancorada nos conceitos de Nação, Estado e Pátria – fundamentais para o projeto de *comunidade imaginada*<sup>3</sup> – marcou indelevelmente a escrita da História do Brasil. Mas essa busca, como muitas outras inerentes ao processo de construção do Estado-Nação, precisou considerar e contrapor, de modo imperativo, as significativas tendências regionais que se apresentavam na imensidão do território reconhecido como brasileiro. A história do Brasil que se procurava escrever, divulgar e ensinar a partir do século XIX precisava lidar com o problema das questões regionais. O que estava em jogo era a própria ideia de unidade, cara ao projeto de ligar o país à civilização.

Certamente o sentido de regional e/ou local construído naquele momento comporta diferenças não apenas entre aqueles construídos nos regimes imperial e republicano, mas também em outros diferentes momentos da história do Brasil. Contudo, há que se reconhecer que se os sentidos mudaram eles ainda não deixaram de reafirmar o paradigma narrativo e eurocêntrico da nacionalidade. Ou seja, a identidade nacional estaria presa ao modelo de inexorabilidade do progresso e civilização que legitimou a invenção dos modernos estados nacionais e o colonialismo. Esse paradigma é objeto de reflexão e crítica do historiador indiano Prasenjit Duara (1996), para quem a narrativa eurocêntrica da nação situa-se na oposição entre império e nação/modernidade, e entre centro e periferia (DUARA, 1996, p. 151), o que abre pouco espaço para perceber que as identidades nacionais, ainda que inventadas, somente se constroem em relação às identidades locais.

A escrita da *História do Brasil* de João Ribeiro, mesmo assentada sobre as bases desse modelo de identidade nacional – oposição interior/exterior, centro/periferia,

---

<sup>3</sup> Expressão emprestada de Benedict Anderson, que define nação como “uma comunidade politicamente imaginada” (1989, p. 14).

nacional/regional etc. – naquele momento histórico, apresentou uma interpretação inteiramente nova sobre o Brasil ao incluir a história local e o “interior” na formação do Brasil. Essa questão foi tão nova que ainda nem havia sido incorporada aos Programas de Ensino de História do Brasil na década de 1930, conforme constata Guy de Hollanda: “até 1930, o programa da cadeira não teve em conta as ideias inovadoras de João Ribeiro, particularmente, com respeito à “História Local” na formação do Brasil” (1957, p. 121).

Passemos ao autor e sua obra, então.

### **“São João Ribeiro”<sup>4</sup>, professor**

Mal comparando, espremido no colarinho em pé, parecia uma parafimosis. Tinha a expressão severa e imóvel. Cenho cerrado, sulcos nasolabiais profundos, boca fendida duramente e lábio inferior ligeiramente protuso. Dentes feios mas tratados. Nariz redondo. Expressão pouco móvel mas extraordinariamente avivada pelos olhos negros sempre em movimento. Só a face era inexpressiva, os olhos compensavam. Uma vez ensaiou o bigode e ficou com cara de órgão genital. Raspou-o e tornou a dar decência à fisionomia. Nem alto, nem baixo. Mais para magro do que gordo. Só umas banhinhas mal distribuídas, de velho. Vestia-se limpamente mas mal e desleixadamente. Parecia tudo comprado na *Casa Rolas*. Vimo-lo, um dia, de fraque. Três casas e um botão. Ousamos interpellá-lo. Era quinta-feira e dia de Academia. Andava deselegantemente. Ao trocar os passos, quando assentava no chão o pé rompente, fazia um movimento de quadris para a frente como se quisesse adiantar as partes. Já se disse que no seu modo de escrever, ele é quem nos libertou de Portugal. Foi assim um pré-modernista e daí sua simpatia pelo movimento (NAVA, 2001, p. 255).

O passado só pode nos chegar, assim, pela memória, poderosamente imaginativo. Pois, embora o passado – para os historiadores – tome forma a partir de vestígios, ele comumente é escrito e narrado a partir da imaginação (RICOEUR, 2010, 139). Foi assim que Pedro Nava descreveu João Ribeiro, seu professor<sup>5</sup> de História Universal no Colégio Pedro II em 1919, e de História do Brasil em 1920. A

---

<sup>4</sup> Expressão de Pedro Nava (2001, p.254).

<sup>5</sup> Neste artigo optei por usar sempre a denominação Colégio Pedro II, independentemente do período. Destaca-se, porém, que o colégio sofreu mudanças tanto em relação a sua denominação de fundação – Imperial Colégio de Pedro II – quanto a suas linhas educacionais ao longo do tempo, sendo as mais marcantes aquelas sofridas a partir da mudança do regime. Com a República, entre outras determinações, o nome do Colégio foi, de imediato, alterado para Ginásio Nacional. A antiga denominação retorna, em 1911, como Colégio Pedro II (Ver: GASPARELLO, 2004).

escrita de Nava dispensa apresentações, e o João Ribeiro que nos chega a partir de suas memórias ganha contornos, se não mais reais, ao menos mais primorosos, bem-humorados. O João Ribeiro que toma forma nessa descrição é um professor admirado e respeitado, pois ilustríssimo. Admirado como “homem das letras”, mas não propriamente como “dador de aulas”, professor no sentido atribuído por Pedro Nava, pois nessa condição: “era extremamente displicente. E tinha razão. Só no Brasil, um homem daquela classe e daquela estatura ficava vegetando entre jovens malandros do ginásio” (2001, p. 253). Mas Nava não deixa de atestar o reconhecimento e legitimação de João Ribeiro como autor, divulgador da história do Brasil:

Aprendíamos muito mais nos livros do nosso mestre como leitura de repouso nas longas horas vagas ou nas longuíssimas dos estudos da manhã e da noite que com ele próprio. Mas ele estava nos livros... Folheá-los era folheá-lo... (NAVA, 2001, p. 253)

O João Ribeiro das lembranças de Nava já contava com seus 59 anos pelos idos de 1919. Nascido em Laranjeiras (SE) em 1860, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1881 e começou a trabalhar como professor. Em 1887 fez concurso para a cadeira de Português do Colégio Pedro II, mas sua nomeação, em 1890, foi para a cadeira de História Universal e do Brasil. Ensinou História por mais de três décadas no Colégio Pedro II e na Escola Normal e foi, portanto, como professor da cadeira de História do Brasil, e já reconhecido como filólogo e autor de livros, principalmente sobre a língua nacional, que ele lançou, em 1900 – no simbólico ano do quarto centenário do Descobrimento do Brasil –, o livro *História do Brasil*<sup>6</sup>.

Desde o início o livro alcançou um êxito inesperado, sendo adaptado, ainda em 1900, para duas edições separadas: uma para o nível primário, outra para os  *cursos superiores*. As edições foram feitas inicialmente pela Editora Jacinto Ribeiro dos Santos, porém há também registros de publicações pela Livraria Cruz Coutinho e Livraria São José (HANSEN, 2000, p. 6-7). A *História do Brasil: Curso Superior* também seria publicada pela Livraria Francisco Alves, onde João Ribeiro se converteria num dos autores editados mais importantes (HALLEWELL, 2005).

Como autor didático da história nacional, João Ribeiro falava de um lugar social bastante específico construído a partir do Colégio Pedro II. Lugar este que, associado ao

---

<sup>6</sup> Essas informações foram sintetizadas a partir dos trabalhos de HANSEN, 2000, MELO, 2008, e GASPARELLO, 2004.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, demarcava um grupo de intelectuais que se envolviam em diferentes atividades educacionais e que, na condição de professores secundários, transformaram seus programas de aula em compêndios. Divulgavam, assim, suas aulas, que passavam a ser reproduzidas e recriadas em diferentes instituições educacionais do país. E ao fazer isso, em se tratando especificamente da história nacional, esses professores/autores de livros didáticos seriam os responsáveis por ensinar a nação aos brasileiros (GASPARELLO, 2004, p. 19).

Segundo Arlette Gasparello (2004) a produção didática sobre a história nacional no século XIX e início do XX pode ser dividida em três fases. A primeira seria a *história patriótica* (1831-1861), cujos pontos de referência mais indicados pelos estudos são a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e a obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1854. A segunda pode ser traduzida por uma produção da *história imperial* (1861-1900), marcada pela publicação de *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo, de 1861. Convém destacar que essa segunda fase teve estreita relação com os marcos referenciais da primeira fase. Mas é a terceira que mais interessa aqui, pois João Ribeiro, ao lado de Capistrano de Abreu, marcaria a fase dessa produção, identificada como *história republicana* (1900-1922).

Esse momento configura-se já no final do século XIX e início do XX, com uma produção marcada pela inovação historiográfica. A escrita da história do Brasil por esses dois autores, um voltado ao ensino, caso de João Ribeiro, e outro à pesquisa, caso de Capistrano de Abreu, evidenciava o contexto político e social que exigia o repensar da *nação* e de seu *povo* (GASPARELLO 2004, p. 78). Esse repensar redefiniu marcos explicativos sobre quem seria o “povo brasileiro” e, assim, abriu outras possibilidades sobre o entendimento da nacionalidade.

Na análise de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo (2008), João Ribeiro assimilou as novas tendências projetadas a partir da revisão da história nacional desde a segunda metade do século XIX. Escreveu sua obra no entrecruzar complexo do fim de um século e início de outro, entre formas diferentes de perceber o mundo e o Brasil. O século XX e a República traziam promessas e compromissos com o novo, e “Ribeiro escreveu seu texto fundando-se nas tendências historiográficas em voga na segunda metade do séc. XIX, o historicismo alemão, e nos estudos antropológicos dominantes no Brasil” (MELO, 2008, p. 24).

De todas as edições, a destinada ao *curso superior* foi a que alcançou maior sucesso. Foi essa a versão adotada no secundário do Colégio Pedro II e também a que circulou em edições sucessivas até a década de 1960<sup>7</sup>, conforme lembra Bandeira de Melo (2008, p. 17):

Quando fui prestar vestibular de direito em 1964 (foi o primeiro curso de graduação que cursei), a congregação da faculdade havia introduzido “História do Brasil” como disciplina do concurso e indicado como livro-texto *História do Brasil – Curso Superior* de João Ribeiro. Um manual cuja primeira edição é de 1900. A escolha foi justificada pelo fato de se tratar de edição atualizada (16ª edição) do texto reeditado em 1960, e o mais importante, que é congregação da faculdade: “era a melhor síntese de História do Brasil”. Boa parte daqueles professores (quase todos se aposentaram na compulsória) estudaram nossa “história pátria” pelo livro de Ribeiro.

A *História do Brasil* foi escrita com fins claramente didáticos, para uso do ensino de História, mas reverberou à época de modo bastante positivo no mundo intelectual da capital, Rio de Janeiro, chegando a círculos de intelectuais de outros lugares. De fato o manual inaugurava uma série de novidades que já vinha fazendo parte da revisão da história nacional, mas que ainda não havia sido sintetizada por ninguém antes de Ribeiro. Esse “novo” não se refere apenas à explicação do Brasil, mas também às concepções de História e dos aspectos pedagógicos impressos na sua escrita. Circe Bittencourt (2008, p. 160) atenta que muito provavelmente essas inovações são tributárias dos estudos feitos na Alemanha, onde João Ribeiro permaneceu dois anos, “comissionado pelo governo”. Para T. A. Araripe Júnior, autor do prefácio da segunda edição de *História do Brasil: Curso Superior*, a novidade pedagógica do livro abriria “uma fase nova para o ensino de história no país” (In: RIBEIRO, 1901, p. X). As características didáticas possibilitariam que o manual fosse “carta de navegação pela qual o pior piloto pode levar o discípulo ao porto de destino” (In: RIBEIRO, 1901, p. VII). Na avaliação posterior de Guy de Hollanda, como manual didático, a *História do Brasil: Curso Superior* de João Ribeiro não “oferecia dificuldades de leitura” aos alunos do curso secundário, mesmo sem contar com ilustrações (1957, p. 122).

A interpretação da construção da nação republicana de João Ribeiro identificou duas correntes cujos elementos seriam centrais na formação do Brasil: a história local e

---

<sup>7</sup> Em pesquisa realizada em 2010 na Biblioteca do Livro Didático da FEUSP, encontrei uma 19ª edição, de 1966, revista e completada por Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro. As três edições em tão curto espaço de tempo mais que indicam o sucesso e a pertinência da escrita da história do Brasil por João Ribeiro.

a história comum. Ao encadear esses elementos e elegê-los como formadores da nação, João Ribeiro atenderia a uma necessidade já há muito debatida: responder à questão de “quem somos”. Essa era uma necessidade datada, situada na invenção do Brasil a partir da escrita de sua história, bem anterior ao regime republicano.

## **O regional e a nacionalidade**

A “sociedade do discurso” (GOMES, 2009, p. 65) do século XIX, ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, chamou para si (e foi também investido e legitimado “para”) a responsabilidade de escrever e divulgar a história nacional e evidenciou, desde sua fundação, a preocupação com as “histórias provinciais”. Afinal os movimentos espriados das províncias indicavam risco à ordem interna, pois, as ambições descentralizadoras e/ou desagregadoras de algumas províncias colidiam com a univocidade do tratamento da nacionalidade. Os membros do Instituto, capitaneados por Januário da Cunha Barbosa, assumiam a missão de resolver o problema da unidade nacional diante das diferentes histórias que formavam o ainda arquipélago chamado de Brasil. Desde a fundação do IHGB, portanto, embora houvesse divergências, o vínculo das províncias com a nacionalidade foi enfatizado por força do discurso (LAZZARI, 2004; MELO, 2008). Os fatos provinciais, considerados significativos e importantes, deveriam se tornar elementos do passado nacional comum, servindo ao propósito de consolidação da Nação.

Essa preocupação esteve no cerne da escrita de uma história do Brasil, como é possível perceber na monografia vencedora do concurso promovido pelo IHGB, na década de 1840, sobre como a história do Brasil deveria ser escrita. Para o naturalista alemão Karl Friedrich Philip von Martius, vencedor do concurso, o historiador deveria ter o cuidado de, ao dirigir sua atenção a uma das províncias, seguir escrevendo uma história do Brasil. Martius atenta que para a escrita da história do Brasil seria necessário:

Em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a Mãe Pátria, e as partes do Mundo; e que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história (MARTIUS, 1845, p. 399).



A monografia de von Martius repercutiu significativamente na produção historiográfica nacional. Sua “história do Brasil” acabou por fornecer um modelo para os historiadores que representariam o Brasil em seus escritos a partir de então, mesmo para aqueles que não concordavam com todos os princípios por ele defendidos, como a monarquia, por exemplo.

Bandeira de Melo (2008), em seus estudos, identifica Joaquim Manuel de Macedo como monarquista e João Ribeiro como republicano. Ao comparar suas obras, ele observa que o primeiro, sob a tutela de Francisco Adolfo de Varnhagem, procurou divulgar - pela via da escola, especificamente o Colégio Pedro II e no manual *Lições de História do Brasil*<sup>8</sup> -, que os fatos regionais serviam à unidade nacional. Apenas a unidade seria capaz de ligar o país à civilização, ao definir a formação da Nação (MELO, 2008, p.38). Mas certamente foi João Ribeiro que soube melhor incorporar essa perspectiva antecipada por von Martius.

Para Bandeira de Melo (2008, p. 212) ele “compreendeu bem os rumos orientadores de von Martius”, mesmo que tenha tentado minimizar sua influência, no acréscimo do seguinte excerto na obra, escrito em 1908:

Do sentido em que se deve tratar a história interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território; sem embargo da contestação de alguma crítica menos bem informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos (RIBEIRO, 1966, p. 22-23).<sup>9</sup>

A escrita de João Ribeiro sintetiza a nação a partir da multiplicidade regional, da incorporação dos episódios internos “dos últimos confins”, da ideia de um povo com identidade diferente daquela do colonizador:

O Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catequizaram longínquas tribos, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. Esta história, a que não faltam

---

<sup>8</sup> Lançado em dois volumes, em 1861 e 1863.

<sup>9</sup> Esta parte foi acrescida à introdução por João Ribeiro, em 1908. Na 2ª edição, de 1901, esse trecho inexistia. É, portanto, uma reflexão posterior, provavelmente construída como resposta aos pares, após a circulação da obra.

episódios sublimes ou terríveis, é ainda hoje a mesma presente, na sua vida interior, nas suas raças e nos seus sistemas de trabalho, que podemos a todo o instante verificar (RIBEIRO, 1901, p. 18).

A organização da obra já evidencia o novo tratamento à escrita da História, a formação do Brasil é dividida em duas partes: no quarto capítulo, a parte A, “A formação do Brasil – A história comum” (1901, p. 135-226), e no quinto capítulo a parte B, “A formação do Brasil – A história local” (1901, p.227-263). Na introdução, ele justifica sua opção: “quis indicar, se me é permitida a expressão que acredito clara, as quatro células fundamentais que por multiplicação formaram todo o tecido do Brasil antigo” (RIBEIRO, 1901, p. 19).

João Ribeiro enfatiza os aspectos da história do interior do país, valoriza os regionalismos e os movimentos de povoamentos ligados às migrações, como no interior do Nordeste e do Sul, para melhor definir a formação nacional. A história local assenta-se sobre os grandes grupos locais que formaram o Brasil:

Ainda que sejam hoje numerosas as divisões administrativas do Brasil e ainda que a ação da monarquia brasileira lhes desse perfeita coordenação e unidade, a extensão geográfica e também a história das antigas capitanias confirmam a existência de grandes grupos locais em que se reparte a imensa área do país. Foram esses grupos (que o são por vários aspectos) não menos de cinco (RIBEIRO, 1901, p. 227)

Esses grupos possuiriam características próprias, formariam uma identidade local:

Cada um desses focos tem o seu sentimento característico; o da Bahia é o da religião e da tradição; o de Pernambuco é o radicalismo republicano e extremo de todas as suas revoluções; o de São Paulo (Minas e Rio) é o liberalismo moderado (aclamação de Bueno, a “províncias coligadas” que sustentaram a independência com a monarquia etc.); o da Amazônia, demasiado indiano, é talvez o da separação como o é no extremo sul o Rio Grande (a formação recentíssima), demasiado platino (RIBEIRO, 1901, p. 19).

Com Ribeiro, chama a atenção Arlete Gasparello (2004, p. 173), “os conceitos de pátria e patriotismo passam a ter uma conotação mais ampla e sempre em referência a nação e à consistência dessa nação como pátria comum”. Mesmo que não trate da República em seu livro, João Ribeiro deixa claro em cada análise sua condição de republicano. A unidade nacional ainda não fora alcançada pela monarquia e seu poder centralizador:

Ainda hoje o Brasil resente os germens das oligarquias locais que, como então, apenas toleram o protetorado do príncipe, vencedoras

umas vezes, vencidas outras. Toda a nossa história é o desenvolvimento desse duelo original. Revezam-se cada século. As capitanias aparecem no século XVI; a união necessária pela guerra holandesa domina no século XVII; o espírito das capitanias volta de novo a emancipar-se no século XVIII, com as minas; a união com a monarquia subjuga-se no século XIX. Parece que o século XX se abrirá de novo para o particularismo federal (RIBEIRO, 1901, p. 43).

A monarquia não constituiu uma nação, pois o sentido de nação em Ribeiro estava situada num outro princípio, segundo o qual somente a república e o sistema federalista seriam capazes de trazer unidade ao possibilitar a construção de uma identidade nacional. Desde o final do século XIX, os partidos republicanos sintetizavam essa oposição: "Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade" como forma de consolidar a autonomia dos Estados. Nesse mesmo caminho, as oligarquias regionais enfatizavam as diferenças culturais, econômicas e geográficas de cada região entendidas como coincidentes com as divisões político-administrativas dos Estados (DINIZ FILHO; BESSA, 1995, p. 28).

As lições de Ribeiro sobre o que seria o local na formação do Brasil e da identidade nacional (bem como de demais republicanos) foram divulgadas, interpretadas e reelaboradas na construção de histórias regionais que também passariam a ser ensinadas nas escolas. Em Santa Catarina, por exemplo, a escrita e divulgação de uma história catarinense acabaram por elevar o Estado à condição de “pequena pátria” na perspectiva de integrar o Estado ao todo da nacionalidade. Tanto a escrita quanto o ensino de História Pátria são centrais para compreendermos a articulação entre história nacional e história regional na construção da nação republicana que se queria moderna. As noções de pequena pátria e Pátria-mãe serão recorrentes no duplo processo de formação de cidadãos e construção da ideia de pátria moderna e civilizada

### ***Pequena Pátria: História de Santa Catarina***

Em Santa Catarina a construção de uma “história catarinense” a ser divulgada e ensinada é bastante devedora das discussões contidas em João Ribeiro. Também nesse Estado, assim como no Rio de Janeiro, as tarefas de pensar sua história, bem como de construir uma narrativa que pudesse ser divulgada e também objeto de ensino, nas primeiras décadas do século XX, foram realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (fundado em 1896).

Como já dito, o primeiro esforço de síntese de uma história de Santa Catarina foi realizado pelo almirante e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Lucas Alexandre Boiteaux. Ele fazia parte do seleto grupo de homens públicos da Primeira República e tomou para si a responsabilidade de guardar a memória e divulgar a história de Santa Catarina. Em 1912, seria publicado o livro *Notas para a História Catarinense*. Este mesmo livro teria duas versões didáticas. Uma versão intitulada *Pequena História Catarinense* financiada pelo governo de Santa Catarina para atender as Escolas Normais e os quartos anos dos Grupos Escolares, em 1921. E outra versão, publicada pela Editora Melhoramentos, sob o título de *História de Santa Catarina – Resumo Didático*, em 1930. Ilustrada e com edição muito bem cuidada essa publicação fez parte da série “Resumo Didático” publicada entre 1918 e 1932, que se dedicava à narrativa da História de um estado brasileiro e a sua leitura era proposta aos alunos das Escolas Normais e aos professores das escolas primárias (RAZZINI, 2007).

A *Pequena História Catharinense* era ilustrada e com intenção didática, tendo sido adotada oficialmente a partir de decretos assinados pelo governador em exercício, à época, Hercílio Luz, informados já na abertura do livro. Esse processo informa que a escrita, o financiamento e a adoção oficial da *Pequena História Catarinense* remetem fortemente para o controle e interferência do Estado na produção didática (BITTENCOURT, 2008).

Pode-se dizer que Lucas Alexandre Boiteaux foi seguramente um dos principais responsáveis pela construção de uma narrativa sobre a história de Santa Catarina. E essa narrativa era, sobretudo, patriótica. No prefácio da *Pequena História Catharinense*, datado de 2 de maio de 1919, ele diz:

Como prólogo desejo, apenas, tomar dois trechos d’ouro de Emilio Faguet<sup>10</sup>, nada mais.

Diz ele: “o amor da *pequena Pátria* é a própria essência do patriotismo, porque a pequena Pátria é a que amamos instintivamente e que não precisa de ser admirável para ser admirada nem de ser amável para ser amada”. E: “Pode o historiador não ser um patriota, mas, em que lhe pese, será um semeador de patriotas”. Foi assim pensando que me animei a escrever o presente livrinho. Que a sagrada semente, que procuro difundir, caia em campo feraz é o meu maior anelo. *Grifo meu*

---

<sup>10</sup> Auguste Émile Faguet (1847-1916), escritor e crítico literário francês, membro da Academia Francesa.

Não é possível afirmar que o livro de Lucas Boiteaux incorpora as inovações historiográficas de João Ribeiro. Esse não é o caso. A questão é que a narrativa elaborada por Boiteaux já é uma narrativa que incorpora sim a ideia de que o regional, a pequena pátria, são representações que integram o Estado ao todo nacional, e não o contrário. Ou seja, a narrativa republicana resolve o “problema da unidade nacional” amarrando as particularidades regionais com os interesses da nação. Mesmo que na prática esses investimentos não tenham sido capazes de dissolver as profundas disparidades regionais, no plano do escrito, da construção de uma história a ser ensinada, a narrativa sobre Santa Catarina evidencia sua integração ao nacional. Na escrita de Boiteux, a História de Santa Catarina só começa após um cuidadoso prolegômeno sobre a história do Brasil, seu passado colonial e seus heróis, para só então partir para os próprios heróis catarinenses. A história regional construída nesse período era feita com a firme disposição de se constituir como parte indissociável da história da nação, servindo aos propósitos de educar para a pátria, para a nação. A pequena pátria era o caminho para se educar para a grande pátria.

Mas Santa Catarina não é o único exemplo em que essa dinâmica fica evidente. A história mostra que os movimentos que buscam reforçar a identidade regional não necessariamente estariam relacionados a oposição à unidade nacional. A pesquisadora Anne-Marie Thiesse (2009), ao analisar, na França da Terceira República (1870-1940), a relação entre regionalismo e nacionalismo, observa que o movimento regionalista francês, embora lutasse contra o centralismo estatal, certamente não se desenvolveu contra a unidade francesa, pois:

O regionalismo correspondia a uma representação da nação como um conjunto de diversidades complementares. “A unidade (nacional) é rica por suas diversidades (regionais)”: esta fórmula foi muito utilizada na época pelos países que atingiam a última fase do processo da construção nacional. Dessa forma, a unidade estando bem consolidada, a diversidade poderia retomar seu lugar, sendo a ela subordinada. Insistir sobre a complementaridade das diversidades geográficas era também uma maneira eficaz de “pacificar” a sociedade, sugerindo que as diferenças sociais, também, fossem complementares e não devessem, portanto, suscitar antagonismos (THIESSE, 2009, p. 15).

*Grosso modo* pode-se dizer que a escrita da história do Brasil a partir das histórias ditas regionais está em consonância com o modelo da história francesa, em que também o regionalismo desempenhou um papel de consolidação da identidade nacional. Deve-se destacar, ainda, que não apenas a história de Santa Catarina, no início do século

XX, assimila esse modelo. Também os rio-grandenses – mesmo que por vezes também o tenham questionado – historicamente conceberam seu pertencimento à nacionalidade brasileira, conforme aponta a pesquisa de Alexandre Lazzari (2004).

É no enredamento desse círculo, portanto, que sentidos de nação e região – na formação do Brasil, lidos na *História do Brasil* de João Ribeiro – ajudam a compreender os itinerários da construção de uma história da unidade nacional, da formação do Brasil e do que seria o “povo brasileiro” que, recompostos, deram o tom da produção das histórias regionais e da construção dos programas escolares nas primeiras décadas do século XX.

Pode-se perceber nas discussões que fizeram parte da construção da história de Santa Catarina que esses elementos estão disponíveis ainda hoje e seguem sendo divulgados e ensinados, validados no cotidiano escolar por força da tradição. A partir da análise dos livros de Lucas Alexandre Boiteux e dos programas curriculares de Santa Catarina no início do século XX, fica bastante evidente também que a construção de um saber escolar sobre Santa Catarina reafirma a oposição regional/nacional, na lógica conceitual de região como suposto espaço autoevidente, já dado, coincidente com as fronteiras político-administrativas.

João Ribeiro, em seu tempo, observou a histórica local para além do recorte político-administrativo ao tratar dos grandes grupos locais que formaram o Brasil “Esses são os núcleos primitivos do organismo nacional. Todos os demais são secundários e recentes. Se a federação fosse menos política e filosófica do que histórica, atender-se-ia a essa importante consideração” (RIBEIRO, 1901, p.19). Porém, foi esse o recorte que acabou por definir as histórias regionais no país, bem como histórias regionais como periféricas em relação à história nacional.

O nacionalismo constitui um dos elementos mais permanentes do ensino de História e, recriado em diferentes contextos, é certo que segue comparecendo nos programas curriculares, nos livros didáticos, nas rotinas do ensino de História, mesmo na contemporaneidade. As idas e vindas sobre a fundação de um pretense *catarinensismo*<sup>11</sup> e a conjunta filiação dessa identidade à história nacional colocam em evidência, num primeiro momento, a falência de projetos nacionalistas levados a cabo pelo Estado e que de alguma forma sempre buscaram construir a unidade solapando diferenças. Em momentos distintos ou sobrepostos, foram esquecidas memórias das

---

<sup>11</sup> Expressão cunhada por Lucas Boiteux, segundo Walter Piazza (1981).

populações indígenas, açorianas, negras, alemãs, italianas etc. As diferenças regionais dentro do território catarinense informam parte disso com contundência. O Oeste catarinense, por exemplo, era definido como um “vazio demográfico”, terra de ninguém. A primeira visita oficial de um governador seria feita apenas em 1929, por Adolfo Konder Reis. Os tempos dos lugares dessa construção indicam os problemas quando se busca compreender o que seria ser catarinense em relação a ser brasileiro, numa escala de sobreposição apenas de espaços, o que, por sua vez, requer cuidados ainda maiores na produção de uma história dita regional/local a ser ensinada.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a História catarinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Pequena História Catharinense*. Ilustrada. Florianópolis: Oficinas a Electricidade da Imprensa Oficial, 1920.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p.27-37, 1995.
- DUARA, Prasenjit. Historicizing national identity, or Who imagines what an when. In: ELEY, Geoff; SUNY, Ronald Grigor (org.) *Becoming National: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 151-177.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação na escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. revista e ampliada. Tradução de Maria da Penha Villalobos et al. São Paulo, EDUSP, 2005.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1957.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado em História). Campinas/SP: UNICAMP, 2004.

MARTIUS, Karl Philipp von. Como se deve escrever a História do Brazil. *Revista Trimestral de História e Geografia* – Tomo sexto, volume 6, n. 24, p.381-403, janeiro de 1845.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. (Memórias, v.3). São Paulo: Ateliê Editorial; Giordano, 2001.

PIAZZA, Walter. Catarinensismo. *Aspectos da vida e da obra de Lucas Alexandre Boiteaux*. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1981, p.29-34.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. A produção de livros escolares da Editora Melhoramentos na Primeira República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2007, Santos. Anais eletrônicos... Disponível em:

<<http://www.adtevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1479-2.pdf>>. Acesso em: 12 março de 2012.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 19ª edição. Edição revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves e Companhia, 1966.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 2ª edição. Rio de Janeiro. Livraria Cruz Coutinho de Jacintho Ribeiro dos Santos, Editor, 1901.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República Francesa. *Revista Educação*, Santa Maria/RS, v. 34, n. 1, p. 13-28, jan./abr. 2009.